



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO – CRI  
Biênio 2024/2026

CLAUDIO  
ROBERTO SA  
DOS  
SANTOS:66907  
31/03/2026 14:00

## Ata de reunião nº 1/2026

### 1. Informações da reunião

Data: 23/02/2026 Hora: 14:00 Tipo: Ordinária

Formato: Híbrido

### 2. Participantes

Membros da Comissão	
Desembargadora do Trabalho Presidente da Comissão	Cândida Alves Leão
Desembargador do Trabalho	Ricardo Nino Ballarini
Desembargador do Trabalho	Claudio Roberto Sá dos Santos
Equipe de Apoio à Comissão	
Diretora da Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental	Leila Dantas Pereira
Servidora lotada na Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental	Zuleide Ferreira Santana

### 3. Pauta e Deliberações

Item	Documento	Assunto
1	PROAD 20922/2024	<b>Criação da 19ª Turma e alteração da composição das SDIs 1, 2, 3 e 4</b>
<b>Discussão</b>		A Comissão concluiu que a proposta perdeu o objeto em razão da superveniência da Lei nº 15.208/2025, a qual ampliou para 105 o número de desembargadores do Tribunal



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO – CRI  
Biênio 2024/2026

<b>Deliberação</b>		Encaminhar à VPA, informando o entendimento da Comissão.
<b>2</b>	61691/2025	A CRI elaborou proposta de alteração regimental para: Prever o cabimento de agravo interno contra decisão que negar seguimento a recurso de revista, em consonância com entendimento do TST (recursos repetitivos, IRDR e IAC); Estabelecer a inaplicabilidade da fungibilidade recursal nesses casos.
<b>Discussão</b>		Diante da manifestação apresentada no prazo regimental pelo Exmo. Desembargador Francisco Ferreira Jorge Neto, a Comissão debateu os pontos levantados e finalizou os termos do parecer
<b>Deliberação</b>		Finalização do parecer.
<b>3</b>	<b>PROAD:</b> 47691/2025	Proposta de Alteração Regimental atinente à competência do Desembargador do Trabalho Auxiliar da Corregedoria.
<b>Discussão</b>		A Comissão após discussões resolveu estudar melhor o caso em questão.
<b>Deliberação</b>		Pesquisa sobre o cargo de Desembargador do Trabalho Auxiliar da Corregedoria em outros Regionais para posterior finalização do parecer.
<b>4</b>	<b>PROAD:</b> 62777/2025	<b>Recursos Representativos de Controvérsia</b>
<b>Discussão</b>		Observado o disposto no artigo 198, § 1º. II, do RI, os Desembargadores foram notificados em 17/12/2025, com prazo até 14/01/2026. Houve manifestação do Exmo. Desembargador Antero Arantes Martins em 19/12/2025. A comissão debateu as questões colocadas e deliberou para finalização do parecer.
<b>Deliberação</b>		Aguardar finalização do parecer.
<b>5</b>	<b>PROAD:</b> 63913/2025	<b>Autorização expressa para voto remoto/telepresencial nas eleições dos cargos de direção</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO – CRI  
Biênio 2024/2026

<b>Discussão</b>		Observado o disposto no artigo 198, § 1º. II, do RI, os Desembargadores foram notificados em 17/12/2025, com prazo até 14/01/2026. Houve manifestação do Exmo. Desembargador Antero Arantes Martins em 14/01/2026. A Comissão debateu as questões colocadas e deliberou pela finalização do parecer.
<b>Deliberação</b>		Aguardar finalização do parecer.
<b>6</b>	<b>PROAD:</b> 64310/2025	<b>Sustentação oral em agravo interno</b>
<b>Discussão</b>		Observado o disposto no artigo 198, § 1º. II, do RI, os Desembargadores foram notificados em 07/01/2026, com prazo até 19/01/2026, não havendo manifestação, no prazo regimental. A Comissão debateu as questões colocadas e deliberou pela finalização do parecer.
<b>Deliberação</b>		Aguardar finalização do parecer.
<b>7</b>	<b>PROAD:</b> 59067/2025	<b>Vitalicamento dos magistrados de 1º grau - RESOLUÇÃO Nº 654, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2025, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o processo de vitalicamento dos magistrados de 1º grau</b>
<b>Discussão</b>		Comissão entendeu necessário efetuar análise da Pesquisa de Conformidade - Sobre impactos no Regimento Interno decorrente da Resolução 654/2025 do CNJ, que dispõe sobre o processo de vitalicamento dos magistrados de 1º grau.
<b>Deliberação</b>		Discutir, na próxima reunião, as alterações regimentais eventualmente necessárias, bem como elaborar proposta correspondente.
<b>8</b>	<b>PROAD:</b> 879/2026	Regulamentação da promoção e do acesso de magistradas e magistrados no âmbito do TRT da 2ª Região



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO – CRI  
Biênio 2024/2026

<b>Discussão</b>	Observado o disposto no artigo 198, § 1º. II, do RI, os Desembargadores foram notificados em 19/01/2026, com prazo até 29/01/2026. Houve manifestação da Exma. Desembargadora Maria Elizabeth Mostardo Nunes em 29/01/2026. A Comissão definiu estudar melhor o tema em questão e discutir na próxima reunião.
<b>Deliberação</b>	Discutir na próxima reunião.

<b>9</b>	<b>PROAD:</b> 52866/2025	A Resolução nº 650, de 29/09/2025, regulamenta o exercício da docência pelos integrantes da magistratura nacional e a participação de magistrados em eventos
<b>Discussão</b>		A Comissão analisou a informação apresentada quanto à conformidade dos normativos deste E. Regional face às alterações promovidas pela Resolução nº 650, de 29 de setembro de 2025, do Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta o exercício da docência pelos integrantes da magistratura nacional e a participação de magistrados em eventos.
<b>Deliberação</b>		Elaborar informação para a Presidência sobre estudos pertinentes quanto à eventual necessidade de alteração regimental.

<b>10</b>		Relatório de atividades da Comissão de Regimento Interno - Período: março de 2025 a fevereiro de 2026.
<b>Discussão</b>		A Comissão examinou o relatório elaborado pela Unidade de Apoio Executivo e o mesmo foi aprovado.
<b>Deliberação</b>		Equipe de apoio encaminhar para Presidência nos termos do artigo 183, inciso IV do Regimento Interno deste Tribunal.

#### 4. Próxima reunião

**Data:** 09/03/2026

#### 5. Assinatura do(a) Desembargador(a) do Trabalho Coordenador(a) da CRI

Assinatura eletrônica, conforme selo de autenticidade.